



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALLANA MARIA SILVEIRA RODRIGUES**

**SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO DA FOLHA DE COCA NA  
AMAZÔNIA ANDINA: O PAPEL DO UNODC**

**Porto Nacional, TO**

**2023**

**ALLANA MARIA SILVEIRA RODRIGUES**

**SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO DA FOLHA DE COCA NA  
AMAZÔNIA ANDINA: O PAPEL DO UNODC**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Ludwig

**Porto Nacional, TO**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- R696s    Rodrigues, Allana Maria Silveira.  
          Securitização e dessecuritização da folha de coca na Amazônia andina: o papel do unodc. / Allana Maria Silveira Rodrigues. – Porto Nacional, TO, 2023.  
          54 f.  
          Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2023.  
          Orientador: Fernando Jose Ludwig  
          1. Segurança. 2. ONU. 3. UNODC. 4. Bolívia. I. Título

**CDD 320**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ALLANA MARIA SILVEIRA RODRIGUES**

### **SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO DA FOLHA DE COCA NA AMAZÔNIA ANDINA: O PAPEL DO UNODC**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 27 / 11 / 2023

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Fernando José Ludwig, UFT (Orientador)

---

Prof. Dr. Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda, UFT (Examinador)

---

Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito, UFT (Examinador)

Porto Nacional – TO, 2023.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Luiza, por todo afeto e compreensão, pelos ensinamentos e por todo o amor do seu coração. Ao meu pai, Luiz Carlos, por sempre ser meu pilar e exemplo de força quando tudo parecia desmoronar. Ao meu irmão Diono, por todo o aconchego e amor. À minha sobrinha e afilhada, Ísis, por cada sorriso e respaldo de alegria que seu semblante transmite e contagia.

Ao meu professor orientador, Fernando Ludwig. Ele quem trouxe o meu encanto pela área da segurança internacional. Obrigada por acreditar em mim e no meu trabalho, pela jornada de correções e por ser um professor incrível.

Agradeço também aos professores Ítalo Sposito e Jan Marcell por aceitarem avaliar o meu trabalho, suas contribuições foram de grande importância, não só na pesquisa como também na jornada acadêmica.

Agradeço também ao professor Murilo Mesquita, por todo incentivo e disposição em ensinar e ajudar. Agradeço também à professora Fabiana Scoleso, ao professor Fernando Furquim e ao professor Leandro, pelo auxílio na jornada.

Aos professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins, por todo o conhecimento e bagagem repassada, por todas as aulas e ensinamentos e por todos os conselhos e incentivos. Todos os egressos, atuais e futuros acadêmicos são sortudos pelo fato de aprenderem com vocês.

Aos meus amigos de graduação: Ana Laura Dias, Ana Vitória Machado, Mayra Salgado, Pablo Amorim, Karollyne Pereira e Yan Brasil, por todas as risadas e companheirismo, pela honestidade e acolhimento, por me proporcionarem forças para continuar só pelo simples fato de existirem. Agradeço também ao Levi, meu veterano, por me escutar e me auxiliar durante o percurso e por, principalmente, acreditar no meu potencial.

Aos amigos de fora da graduação, agradeço à Brunna Meirelles, Izabelle Barreto, Gabriel Assunção, Amanda Aires, Aline Ribeiro, Maria Antonieta, José Neto e a todos os demais, que me permitiram a companhia e os melhores momentos de lazer e esparecimento. Por escutarem meus desabafos, me apoiarem e me incentivarem.

Por fim, agradeço também ao João Pedro, por toda a compreensão nesse momento tão crucial em minha vida. Por todo suporte, inclusive tecnológico. Por todo o amor com a minha pessoa, o carinho e a dedicação em me acompanhar nessa trajetória, pelo companheirismo e por sempre me apoiar, sempre.

*Nada na vida deve ser temido, apenas  
compreendido. Agora é hora de compreender  
mais para temer menos.*

*- Marie Curie*

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar o processo de securitização e dessecuritização da folha de coca na Amazônia boliviana, com foco na atuação da ONU e do UNODC. Utiliza-se uma abordagem qualitativa de análise de conteúdo, o estudo se baseia em fontes primárias, como relatórios anuais do UNODC, tendo como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica. Não obstante, o texto aborda os Estudos de Segurança Internacional e a teoria da securitização, destacando a importância da Escola de Copenhague nesse debate. Ainda, traz-se o processo de securitização da folha de coca bem como o conceito de dessecuritização, que é o reverso desse processo. Faz-se a análise de documentos relevantes como os relatórios da Organização das Nações Unidas e a contribuição dessas organizações para a percepção da folha de coca como uma ameaça global. No mais, é realizado um estudo de caso na Amazônia boliviana, utilizando os relatórios anuais do UNODC de 2011 e 2021. Este monitoramento do cultivo de coca na região é analisado, buscando compreender o processo de dessecuritização e suas implicações, que mostram a importância do monitoramento do UNODC na dessecuritização da folha de coca, fornecendo dados e informações que desconstruem a narrativa de ameaça internacional implantada anteriormente. Logo, destaca-se no trabalho a relevância do processo de dessecuritização da folha de coca na Amazônia boliviana, influenciado pela atuação da do UNODC, com análise dos relatórios anuais que o Escritório elabora, e assim, permitindo compreender a evolução do cultivo de coca na região.

**Palavras-chaves:** Bolívia; Coca; ONU; Segurança; UNODC;

## ABSTRACT

The work aims to analyze the process of securitization and desecuritization of the coca leaf in the Bolivian Amazon, focusing on the actions of the UN and UNODC. A qualitative content analysis approach is used, the study is based on primary sources, such as UNODC annual reports, using bibliographic review as its methodology. Despite of, the text addresses International Security Studies and the theory of securitization, highlighting the importance of the Copenhagen School in this debate. Furthermore, the coca leaf securitization process is brought up as well as the concept of desecuritization, which is the reverse of this process. Relevant documents such as United Nations reports and the contribution of these organizations to the perception of the coca leaf as a global threat are analyzed. Furthermore, a case study is carried out in the Bolivian Amazon, using the UNODC annual reports from 2011 and 2021. This monitoring of coca cultivation in the region is analyzed, seeking to understand the desecuritization process and its implications, which show the importance of UNODC monitoring of the desecuritization of the coca leaf, providing data and information that deconstructs the previously implemented international threat narrative. Therefore, the work highlights the relevance of the process of desecuritization of the coca leaf in the Bolivian Amazon, influenced by the actions of UNODC, with an analysis of the annual reports that the Office prepares, allowing us to understand the evolution of coca cultivation in the region.

**Key-words:** Bolívia; Coca; Security; UN; UNODC.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Uma securitização de sucesso.....	20
Figura 2 - Organograma da ONU .....	29
Figura 3 - Bioma da Amazônia inserido nos países que faz parte .....	38
Figura 4 - Distribuição do cultivo de coca em áreas protegidas no ano de 2011 .....	40
Figura 5 - Exemplo de cato de coca na região do Trópico.....	42
Figura 6 - Processo de secagem das folhas de coca.....	42
Figura 7 - Processo de empacotamento para comercialização .....	43
Figura 8 - Percentual de distribuição em áreas protegidas no ano de 2021 .....	44
Figura 9 - Modelo digital com estratificação das lavouras de coca na região.....	46
Figura 10 - Cultivos de coca por hectare, de 2011 à 2021 .....	48

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Preços mensais da folha de coca nos mercados autorizados em 2011.....	44
Tabela 2 - Preços mensais da folha de coca nos mercados autorizados em 2011.....	47

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre securitização e dessecuritização (quadro).....	21
Quadro 2 - Observação do processo de securitização da coca.....	24
Quadro 3 - Porcentagem da região amazônica por país.....	39
Quadro 4 - Racionalização/erradicação dos cultivos de coca na Bolívia por hectare (2011) ...	41
Quadro 5 - Racionalização/erradicação dos cultivos de coca na Bolívia por hectare (2021) ...	46
Quadro 6 - Comparativo de hectares R/E 2011 e 2021.....	48

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Ator dessecuritizador
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AS	Ator securitizador
COPRI	<i>Copenhagen Peace Research Institute</i>
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
DIGCOIN	<i>Dirección de Comercialización e Industrialización de hoja de Coca</i>
ECOSOC	<i>Economic and Social Council</i>
ESI	Estudos de Segurança Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and de Crime</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E A ESCOLA DE COPENHAGUE.....</b>	<b>16</b>
2.1 ESI e o processo de securitização.....	16
2.2 O processo de des-securitização.....	20
2.3 A folha de coca como ameaça internacional.....	22
2.4 Considerações parciais.....	25
<b>3 O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA FOLHA DE COCA.....</b>	<b>28</b>
3.1 A carta de São Francisco.....	28
3.2 A estrutura da ONU.....	30
3.2.1 O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.....	32
3.3 Conferência sobre drogas narcóticas – Nova Iorque, 1961.....	33
3.4 Considerações parciais.....	35
<b>4 AMAZÔNIA BOLIVIANA E A FOLHA DE COCA - UM ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>37</b>
4.1 O território amazônico da Bolívia.....	37
4.2 Os relatórios de cultivo da coca na região em 2011.....	40
4.3 Os relatórios de cultivo de coca na região em 2021.....	44
4.4 Considerações parciais.....	47
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A folha de coca tem sua existência datada desde muito antes de sequer existir alguma definição para seu manejo. De acordo com Antonil (1978), estudos mostram que as primeiras folhas de coca identificadas datam entre os anos 2500 e 1800 a.C., no sítio de Huaca Prieta, no norte da costa do Peru. Todavia, a folha de coca também é a matéria prima da cocaína, narcótico internacionalmente conhecido, danoso ao ser humano, que despertou o interesse de atores internacionais no que concerne às questões de segurança, transformando a folha como uma ameaça.

Sendo assim, devido à antiguidade do arbusto da coca, observa-se sua ligação com os povos ancestrais, demonstrando o enraizamento cultural que a planta tem com os povos andinos. Waisbard (1974) a chama, inclusive, de ouro verde dos Andes, devido ao seu valor para os países da região e também às mitologias que a cercam, enriquecendo ainda mais a cultura dessa sociedade. No entanto, em 1860, Albert Niemann descobre o composto da cocaína. O “alcaloide milagroso” como era chamado na época, começou a ter espaço no cenário internacional devido aos diversos estudos realizados acerca do seu composto, e países como Inglaterra, França e Estados Unidos demonstraram animação com seu uso, principalmente no meio médico (Gootenberg, 2010).

Dito isso, foram cerca de 30 anos do surgimento da cocaína, seu auge e seu declínio. Gootenberg (2010) sugere que em 1890 o produto já não possuía mais o enfoque que havia tido nos anos anteriores, e passa a ser considerado como droga devido aos seus efeitos ociosos para com o ser humano. Em consequência disso, surgem as primeiras regulamentações acerca do químico e, em inferência, da folha de coca também, como observa Barreto (2013)<sup>1</sup>.

Nesse viés, em 1912 ocorreu a Convenção de Haia, criada para controlar a produção da cocaína, ópio, morfina e heroína. Dois anos depois, surge nos EUA a Lei Harrison, determinando as questões de produção do alcaloide e da folha de coca no país. Além disso, vale ressaltar que esse esquema proibicionista dos EUA se baseou em relatórios emitidos pela Liga das Nações, com boletins publicados pelos hegemônicos (Gootenberg, 2003).

Outrossim, as proibições se deram também no entorno do arbusto da coca, que foi classificado como narcótico, como observa-se no item 1 do 26º artigo da Convenção da ONU

---

<sup>1</sup> “O resultado desse processo foi não somente uma radical mudança estrutural com fundo econômico e político no Peru, mas, sobretudo, a consequente estigmatização da folha de coca e do seu uso tradicional, que se reflete até os dias atuais.” (Barreto, 2013 p. 631)

(Organização das Nações Unidas) sobre Entorpecentes, em 1961. Ou seja, observa-se que a folha de coca não foi separada da cocaína e foi taxada como droga apesar de seu uso não se restringir apenas ao alcaloide. A folha de coca é milenar e utilizada por povos originários andinos em seus rituais e em sua cultura, sendo compartilhada muito antes da criação do químico, como dito anteriormente. Ademais, as legislações acerca da planta trazem consequências aos países que dependem dela, pois, como supracitado, é uma planta mestra, ancestral e originária, de países que compõem a Amazônia Andina. Estes, como por exemplo a Bolívia, sofrem com as ações proibicionistas devido ao fato de não enxergarem a planta do mesmo modo que o SI enxerga.

Nesse ínterim, com as proibições, o crescente aumento da comercialização ilegal e das redes de tráfico chamaram - e ainda chamam - a atenção do cenário internacional, tornando a folha de coca uma questão de segurança. Ainda, as diversas tentativas de criminalização e de demonstrarem a coca como uma ameaça ao sistema internacional por meio de regulamentos, atos de fala, propagandas, entre outros, mostra que a situação excede o politizado, demonstrando uma questão de securitização.

Contudo, com o surgimento do *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) e seus crescentes relatórios anuais no acompanhamento das plantações de coca, bem como a desmistificação do uso da planta originária, a presente pesquisa tem como ponto de partida a resposta da seguinte questão: Até que ponto o monitoramento da folha de coca pelo UNODOC influencia no seu processo de dessecuritização na Amazônia boliviana?

Dito isso, acrescenta-se que o tema é relevante para as Relações Internacionais, uma vez que seu debate tem como objetivo contribuir com as pesquisas acerca de segurança internacional, envolvendo a Amazônia Andina e sua cultura. Além de que, o trabalho anual do UNODC também demonstra a importância do tema, onde encontra-se um tópico somente para o monitoramento do plantio da coca na Bolívia. Em suma, o debate é importante para as questões das RI, uma vez que esteja inserido em seu debate os povos, as nações e sua interseção.

Para contribuir no desenvolvimento da pesquisa, que é de origem exploratória, a análise de conteúdo empregada será a qualitativa, que consiste na anotação de conteúdo a partir da leitura de textos e demais materiais (Pinto, 2023). Além do mais, utilizará para coleta de dados as fontes primárias, através da metodologia de revisão bibliográfica. Ainda, para complementar o trabalho, tem-se um estudo de caso, na região da Bolívia.

Tratando-se da estruturação, o trabalho organiza-se em introdução, três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo aborda as questões sobre os Estudos de Segurança Internacional e securitização, teoria trazida pela Escola de Copenhague (EC) nos anos 90. Essa

teoria em si, reflete, nas Relações Internacionais, o debate teórico de seu tempo, pois leva em consideração novos fatores, tais como o papel da agência, identidade e percepções (Motta, 2018).

Além do mais, tem-se a securitização como um processo de três fases, pois a questão a ser analisada passa por diferentes estágios até ser securitizada; nesse caso, a questão da folha de coca sendo vista como uma ameaça para o SI. Ainda no primeiro capítulo, se discute a questão da dessecuritização. Esse ponto encontra-se após o processo de securitização, pois necessita dele para existir.

Nesse sentido, a dessecuritização é a conversão das narrativas empregadas anteriormente para trazer algum assunto como ameaça. Ou seja, é o processo de retirada do assunto como uma ameaça às questões de segurança no cenário internacional tornando ainda visíveis questões que não foram levadas em consideração no processo de securitização (Balzacq, 2016).

Já o segundo capítulo, apresenta a ONU e o UNODC, e busca analisar as suas contribuições e documentos relevantes para o bom entendimento da pesquisa. Em seguida, analisa a sua participação efetiva, tanto na formação da folha de coca como uma ameaça mundial, quanto no seu processo de retirar a planta dessa estigmatização.

Em sequência, no terceiro capítulo será aplicado um estudo de caso na Bolívia, analisando os relatórios anuais disponibilizados pelo UNODC, de 2011 e 2021, ilustrando o monitoramento do plantio de coca pela organização. Nas considerações finais, o trabalho responde a pergunta de partida, conectando os pontos discutidos no decorrer da pesquisa.



## **2 OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL (ESI) E A ESCOLA DE COPENHAGUE**

Ballestrin (2013) afirma que o papel e a importância da teoria repousam não somente na sua capacidade explicativa, mas também no seu potencial normativo. Ou seja, se toda teoria tem uma finalidade para algo e para alguém, pode-se assumir que ela reproduz relações de dominação inerentes ao poder. Além disso, Silva (2005) diz que a teoria cumpre o papel de guia para a ação estratégica, ou seja, para a ação transformadora da sociedade.

Sendo assim, com base nessa questão, o presente capítulo tem como base teórica a securitização, que busca entender o processo da criação de uma ameaça para o sistema internacional através do discurso. Ainda, o capítulo traz o conceito de dessecuritização, que analisa a retirada de determinado objeto dessa ótica de atemorização.

Logo, a primeira seção do trabalho objetiva contextualizar e conceituar o processo de securitização. Na segunda seção do presente capítulo, apresenta-se a definição de dessecuritização, ou seja, o processo reverso do processo da securitização, com o objetivo de trazer o conceito justamente para aplicá-lo no estudo de caso, no terceiro capítulo, que será a Amazônia boliviana. Por fim, na terceira e última seção, há a correlação do processo de securitização da folha de coca, utilizando como ator securitizador a Organização das Nações Unidas (ONU).

### **2.1 ESI e o processo de securitização**

Quando se fala de securitização, se faz necessário compreender de onde surgem os Estudos de Segurança Internacional. De acordo com Buzan *et. al.* (2012), eles emergem a partir dos debates sobre a proteção do Estado contra ameaças externas e internas após a Segunda Grande Guerra, porém, até os dias atuais não existe um manual único do que sejam os Estudos de Segurança Internacional (ESI), justamente por não existir uma definição exata do que significa segurança (Buzan *et. al.*, 2012).

A segurança internacional passou por algumas fases ao longo das décadas, como Freedman (1998) observa. Por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960, tem-se a chamada “Era de Ouro”, no início da Guerra Fria, Neste período de destaque dos estudos “estratégicos”, os governos ocidentais identificaram nas instituições acadêmicas fontes de inovação conceitual, pesquisa substancial, sugestões pragmáticas e, por fim, potenciais candidatos voluntários para os quadros administrativos.

Já na década de 70, a fase *détente* da Guerra Fria, foi marcada pela crise econômica norte-americana. Duque (2009) comenta que as crises do petróleo fizeram com que os estudiosos de segurança acrescentassem a economia internacional em seu conceito. Ou seja, o globo enxergou, pela primeira vez, esse setor como uma fonte de insegurança também, e não somente o viés tradicional que a academia estava acostumada.

Após isso, Duque (2009) advoga que com o declínio da Guerra Fria, a produção de conteúdo (neo)-realista perde sua hegemonia, pois não consegue mais sustentar os “fenômenos da política internacional”, como a queda da União Soviética, por exemplo. É nesse viés que o liberalismo tem seu avanço teórico no campo das Relações Internacionais.

Ademais, em consonância com Buzan e Hansen (2012), existem quatro questões que estruturam os ESI. A primeira questão tem o Estado como ente a ser seguro, com foco na segurança nacional, e, por mais que houvesse a segurança internacional, ela não dava lugar às questões da humanidade ou do indivíduo. O Estado, nessa primeira questão, não é substituível (Buzan; Hansen, 2012).

A segunda questão da estrutura dos ESI aborda as ameaças internas e externas, principalmente nas questões territoriais, envolvendo a soberania dos Estados. Isso se deu pelo fato de que as ameaças pelas grandes potências da época, com ideologias distintas, se tornaram reais. Os autores citam que quando isso aconteceu:

“o conceito de “segurança internacional” veio para acompanhar, mas não substituir, “segurança nacional” e, por fim, teve influência ao dar o nome à disciplina, daí Estudos de Segurança Internacional em vez de Nacional” (Buzan; Hansen, 2012 p. 38)

Em sequência, o terceiro ponto trata da segurança além do viés militar e dos meios de uso da força. Com isso, outros setores mais abrangentes surgem como fatores importantes quando se fala em segurança. Estes, por sua vez, são ditos por Buzan e Hansen como “aspectos sociais, econômicos, ambientais, de saúde, desenvolvimento e gênero” (Buzan, Hansen, 2012 p. 39).

Por fim, o quarto tópico para a estruturação dos Estudos de Segurança Internacional considera a segurança intimamente conectada entre ameaça, perigo e urgência, de modo que um assunto não pode ser separado do outro. A segurança era sobre extremidades, e os autores citam a Guerra Fria como exemplo disso:

“Durante a Guerra Fria, isto soava basicamente como senso comum para as principais correntes de ESI: a União Soviética constituía uma clara ameaça, e as armas nucleares se justificavam como forma de deter um primeiro ataque soviético” (Buzan; Hansen, 2012, p. 39).

Dentro desse sentido de ameaças, urgências e extremidades, coloca-se o processo de securitização como uma das principais contribuições do *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), surgido em 1985. Essa escola combina uma diversidade de perspectivas e interesses no campo das Relações Internacionais, demonstrando uma abordagem híbrida que não se restringe estritamente ao pós-positivismo. Essa abordagem visa abordar os novos desafios de forma a promover mudanças substanciais para além das concepções tradicionais, no que concerne aos estudos de segurança (Guzzini, Jung; 2004).

Com isso, observa-se que a abordagem convencional nos estudos de segurança concentra-se principalmente no setor militar, e no papel predominante do Estado como ator central - além das interações diretas relacionadas ao uso da força. Já o novo modelo proposto pelos autores, engloba uma variedade de setores, ameaças, atores e elementos de referência. (Buzan *et. al.*, 1998). Isso se confirma quando Mesquita (2022) comenta sobre a nova configuração dos quesitos de segurança nos ESI:

“Nesse alargamento da agenda de segurança, apesar da manutenção da centralidade estatal e da importância fundamental do setor de segurança, o Estado deixa de ser observado como ator exclusivo do sistema internacional, bem como deixa de ser observado como a única ameaça a impactar as relações internacionais.” (Mesquita, 2022, p. 42)

Nesse sentido, uma das principais marcas da nova abordagem trazida por Buzan, Waeber e Wilde é a do ato de fala como sinalizador e potencial criador de uma ameaça:

“No caso da segurança, a análise textual sugere que algo é designado como um problema de segurança internacional porque se pode argumentar que esta questão é mais importante do que outras questões e por isto deveria ter prioridade absoluta. Esta é a razão pela qual se vincula a questão com o que pode parecer um critério bastante exigente: a questão é apresentada como uma ameaça existencial” (Buzan, Waeber & Wilde 1998, p.24; tradução livre).

Estes, por sua vez, demonstram que a securitização é um processo, que ocorre em três estágios, sendo categorizados como: i) não politizado; nesta fase, o tema ou objeto não é considerado uma questão de segurança. É apenas uma parte normal da política ou da sociedade, sem ser visto como uma ameaça iminente; ii) politizado; já nesta fase, o tema começa a ser discutido no contexto político. Pode haver debates e argumentos sobre sua importância, mas ainda não é considerado uma ameaça direta à segurança.

Por fim, tem-se a fase iii) securitizado; nela, o objeto é elevado ao status de uma ameaça à segurança. É percebido como uma ameaça séria e imediata que requer ações extraordinárias para lidar com ela. Geralmente, isso envolve a mobilização de recursos e políticas especiais para enfrentar a suposta ameaça. Todavia, se diz potencial, pois, para um determinado objeto

ser efetivamente securitizado, além do ato de fala, é necessária a aceitação por parte da audiência para a sua concretização como ameaça.

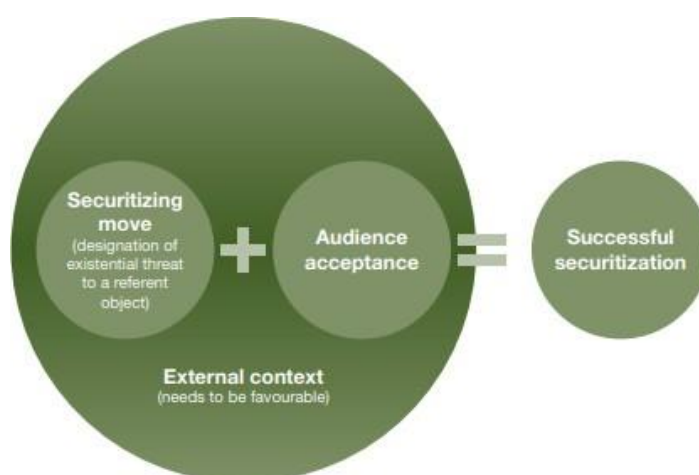
Ou seja, mesmo se alguém diz que algo é uma ameaça à segurança (por meio de discursos), isso por si só não é suficiente para que seja verdadeiramente considerado uma ameaça. É crucial que as pessoas que recebem essa declaração, ou seja, a audiência, também concordem e percebam a situação da mesma forma. Em resumo, para que algo seja genuinamente tratado como uma ameaça, não é o bastante apenas alguém afirmar isso; a audiência precisa compartilhar dessa perspectiva.

Ou seja, em consonância com Silva (*et. al.*, 2019), o sucesso da securitização de um tema depende:

- (1) Da análise dos discursos de securitização e da recepção da audiência;
- (2) Da identificação do agente securitizador, justificando-se os motivos pelos quais o estudo empírico identificou esse agente como responsável pelo movimento de securitização analisado;
- (3) Da análise das medidas emergenciais adotadas para lidar com as ameaças existenciais e sua respectiva legitimação por parte da audiência.

Para expor melhor a estrutura trazida por Silva *et. al.* (2019), tem -se a seguinte imagem:

Figura 1 – Uma securitização de sucesso



Fonte: WILLIAMS, 2018, p. 103

Em suma, a evolução do tema de um estágio ao outro dependerá da capacidade do agente securitizador de convencer determinada audiência. Para isso, ele depende do uso de linguagem

apropriada e das condições estabelecidas pelo contexto social. Na imagem acima, pode-se observar um processo de securitização bem-sucedido. Contudo, esse processo pode ser desfeito. É nesse sentido reverso da securitização que entra a dessecuritização.

Isso é observado na própria etimologia da palavra, onde o prefixo “des” demonstra o sentido contrário da palavra que está afixado. Por isso, para dar continuidade a pesquisa com coerência também à estrutura apresentada, é de grande importância a continuidade nos estudos acerca da conceitualização dos termos. Sendo assim, a próxima seção trata sobre a questão da dessecuritização como contraponto da securitização.

## 2.2 O processo de dessecuritização

De acordo com Coskun (2008), a dessecuritização é vista pela Escola de Copenhague como o oposto do processo de securitização, que é desencadeado por meio de discursos. Isso implica que os mesmos elementos envolvidos no processo de securitização (como o agente que declara algo como uma ameaça de segurança, o público envolvido, o ato verbal em si e as condições que tornam isso possível) devem ser considerados na análise do processo de dessecuritização.

Por mais que o conceito tenha sido trazido pelos teóricos da Escola de Copenhague, González-Marín (2017) cita que autores como Oelsner (2005) e Coskun (2011) se esforçaram para expandi-lo, tornando-o aplicável em estudos de caso específicos. A autora ainda comenta que Coskun extraiu os elementos essenciais para a análise da dessecuritização, adaptando os mesmos componentes da securitização, mas com modificações que se referem à direção oposta do processo, como se pode observar na tabela abaixo:

Quadro 1 - Comparação entre securitização e dessecuritização (quadro)

	COMPONENTES	CONDIÇÕES FACILITADORAS
<b>SECURITIZAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ato de fala securitizador</li> <li>• Ator securitizador</li> <li>• Audiência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gramática de segurança</li> <li>• Condições: autoridade do AS em relação ao público</li> <li>• Contexto (condições que facilitam a securitização)</li> </ul>

<p><b>DESSECURITIZAÇÃO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linguagem dessecuritizadora</li> <li>• Ator dessecuritizador (AD)</li> <li>• Audiência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A mudança na linguagem utilizada para definir a emissão anteriormente securitizada</li> <li>• Condições: posição de autoridade do AD em relação ao público</li> <li>• Contexto (condições que demonstram a necessidade de uma dessecuritização)</li> </ul>
--------------------------------	--	---

Fonte: González-Marín (2017, p. 15; traduzido pela autora)

Ou seja, percebe-se, com a tabela de comparação, que securitização e dessecuritização são processos contrários, porém intrínsecos. Em consonância com Oelsner (2005), a finalidade da dessecuritização consiste em atingir um estado em que o tópico em consideração cesse de ser concebido como uma ameaça, e, portanto, deixe de ser caracterizado mediante uma abordagem securitária.

Seguindo ainda o raciocínio, Oelsner (2005) estabelece duas maneiras para perceber a linguagem de segurança na compreensão da dessecuritização:

- (1) A perda da imagem ameaçadora;
- (2) Mudança na relação entre o que era visto como ameaçador;

A primeira questão se refere ao fato de que o agente e o público observam transformações na natureza da ameaça que a despojam de seu caráter intimidador. Já a segunda, percebe uma comutação qualitativa na percepção de ameaça, de modo que a confiança no fato de que o objeto não mais apresenta um perigo para os atores (Oelsner, 2005).

Outrossim, a Escola de Copenhague não assume, de modo explícito, quem são os atores ou os agentes dessecuritizadores. Todavia, Oelsner sugere que é possível que esses atores sejam *policy makers*<sup>2</sup> e as elites sociais e econômicas. Estes, tentam convencer o público (audiência) sobre as novas interpretações sobre o objeto então securitizado.

Nesse sentido, Coskun (2008) acrescenta que os mesmos agentes, que anteriormente defendiam a securitização, podem agora encorajar o processo de dessecuritização através da renegociação com o público relevante, bem como com outros atores também. Ou seja, os

<sup>2</sup> Pessoa responsável ou envolvida na formulação de políticas, Cambridge Dictionary

mesmos atores que anteriormente enfatizavam a importância de tratar o tema como uma questão de segurança, agora estão promovendo a dessecuritização.

Portanto, isso significa que estão buscando formas de abordar a questão de maneira menos militarizada, buscando soluções que envolvam negociação e cooperação com o público relevante e os demais agentes que estão envolvidos.

### **2.3 A folha de coca como ameaça internacional**

Para compreender como os conceitos supracitados se encaixam no objeto de estudo, se faz necessário entender o processo de colocação da folha de coca como uma ameaça perante o sistema internacional. Como citado na introdução deste trabalho, a folha de coca é milenar, tendo uma grande importância nas regiões da qual provém, sendo essas regiões os países andinos da América- Latina.

Garcia (2006) cita que quando se fala em folha de coca e seu consumo pelos Incas, a primeira associação feita é ao Peru e à Bolívia. No entanto, o uso da coca transcende amplamente as fronteiras dessas nações e alcançou áreas muito além do antigo Vice-Reino do Peru. A prática de consumir coca se estendeu por toda a região andina, desde o norte da Argentina até a Nicarágua (García, 2006).

Contudo, em 1860, Albert Niemann, químico alemão, deu início aos estudos da manipulação laboratorial da folha de coca, que posteriormente deu origem à cocaína, composto esse que despertou o interesse científico e comercial europeu e estadunidense (Barreto, 2013). Com isso, a cocaína passou a ser inserida em diversos produtos, como nos vinhos, a exemplo do Vin Tonique Mariani – Coca do Perou (Sudo, 2020).

Além do mais, passou a ser testada medicinalmente, sendo receitada tanto para alívio de sintomas físicos (por Karl Koller), quanto em testes de tratamentos psicológicos. Freud, inclusive, chega a testar o narcótico para o controle da depressão, administrando os testes em seu amigo Dr. Ernst von Fleischl Marshow (Gold, 1993).

Entretanto, no início do século XX, o impacto do uso da cocaína se torna evidente e a visão social da droga se transforma, em aproximadamente 30 anos, de um tônico anunciado sem efeitos colaterais para uma droga com restrições severas. Dessa forma, o estigma que se inicia em 1914 com o contexto da Lei Seca estadunidense a qual proíbe rigorosamente o uso da cocaína e da folha de coca no país, iguala os dois compostos enquanto drogas maléficas a serem combatidas (Balhs *et. al.*, 2002).

Analisando esse fato, Paul Gootenberg (2003) discorre a respeito de três divisões temporais do contato interamericano e a percepção da folha de coca. Segundo o autor, a primeira

fase (1885-1910) é caracterizada pela intensificação do contato entre os países americanos, nos quais os EUA e o Peru trabalharam juntos na promoção da comercialização da cocaína e da coca. No entanto, na segunda fase (1910-1914), devido aos impactos negativos da cocaína, os EUA abandonam a parceria e passam a investir no combate ao uso de drogas (incluindo a folha de coca) o que causou abalos econômicos e culturais no Peru.

Na terceira fase (1940-1980), as restrições impostas pelos Estados Unidos alcançam um nível global, ao mesmo tempo em que ocorre uma intensificação dos laços comerciais entre os EUA e o Peru, ampliando assim o estigma em torno da folha de coca e aumentando a dependência do Peru em relação às exigências norte-americanas (Gootenberg, 2003).

Já em 1952, a postura da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi de justificar a proibição do uso da coca, alegando que o hábito de mascar a folha poderia causar dependência química. Essa posição foi reafirmada posteriormente pela Organização das Nações Unidas (ONU), que concluiu que a mastigação da folha de coca tinha efeitos problemáticos para o corpo humano, sendo essas afirmações feitas em poucas e breves visitas, ou seja, sem atenção adequada para avaliação (Barreto, 2013).

Dessa maneira, os países sul-americanos e europeus adotaram a proibição da coca e cocaína, inclusive o Estado peruano (Barreto, 2013). Porém, o cultivo da folha de coca entre os povos originários, assim como mecanismos burladores das leis os quais deram início ao narcotráfico na América Latina não foram freados, mas sim se tornaram atuações igualmente ilegais. Essa situação indica no cenário internacional a equiparação entre os indígenas peruanos os quais continuaram a exercer seus rituais culturais e traficantes que objetivavam lucrar com a venda ilegal de cocaína.

Desse modo, se torna evidente a tentativa internacional, especialmente por parte dos Estados Unidos, de reprimir o uso da folha de coca no Peru. Essa estratégia se baseia na estigmatização global, na diminuição da importância da cultura indígena e no uso de falácias, tudo com o objetivo de alcançar interesses próprios. No caso dos Estados Unidos, a finalidade principal é evitar a todo custo que os efeitos do narcotráfico na América Latina se reflitam em seu próprio território (Barreto, 2013).

Além dessa Convenção, outras surgiram e em 1961, o *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) sugere em seu relatório final que a folha de coca também é considerada narcótica. Todavia, observa-se que folha de coca não foi separada da cocaína e foi taxada, também, como droga, apesar de seu uso não se restringir apenas ao alcaloide (UNODC, 1961).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.unodc.org/pdf/convention\\_1961\\_en.pdf](https://www.unodc.org/pdf/convention_1961_en.pdf)



Nesse viés, os autores da Escola de Copenhague tratam das ameaças existenciais como papel decisivo do agente securitizador. Para eles, o objeto é designado como um problema de segurança internacional na medida em que um agente securitizador argumenta sobre a necessidade de se tratar determinado tema como uma ameaça (Silva *et. al.*, 2019). Ou seja, os agentes securitizadores definem o que é – ou deixa de ser – uma ameaça.

Todavia o agente é o ator capaz de demonstrar que determinado tema precisa ser reconhecido pelo público como uma ameaça existencial. Estes atores podem ser: o Estado; organizações; indivíduos; grupos (transnacionais e sociais). Logo, percebe-se que existe um processo de securitização no que diz respeito à folha de coca.

Portanto, há o processo bem-sucedido da securitização da folha de coca, bem como sua caracterização como ameaça no cenário internacional. Isso pode ser analisado e compreendido através do esquema proposto pelos autores na teoria, pois:

Quadro 2 - Observação do processo de securitização da coca

Condições para securitização	Ações tomadas para lidar com a questão securitizada
O contexto estava favorável para a criação de uma ameaça	Medidas emergenciais, muitas vezes violando as leis locais e sociais, foram tomadas para lidar com a questão
O discurso foi recebido e aceito pela audiência	
O agente securitizador possuía as condições necessárias para o movimento de securitização	

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Sendo assim, observa-se que a folha de coca foi um produto securitizado, pois, como citado anteriormente, cumpriu todos os quesitos demandados pelo processo de securitização.

## 2.4 Considerações parciais

Em síntese, como apresentado no presente capítulo, a análise dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) e do processo de securitização evidencia um notável progresso na apreensão das ameaças e na elaboração de políticas de segurança ao longo do tempo. Desde sua

emergência no pós-Segunda Guerra Mundial, os ESI atravessaram distintas fases, refletindo as mutações no cenário geopolítico e econômico. A perspectiva delineada por Buzan e Hansen, que abraça elementos de ordem social, econômica e ambiental, representa uma expansão que perpassa o tradicional enfoque de natureza militar.

Outrossim, o procedimento de securitização, sublinhado pela Escola de Copenhague, ressalta o peso do discurso na percepção e abordagem das ameaças, englobando fases discerníveis que culminam na efetiva securitização. Contudo, é crucial reconhecer a viabilidade da dessecuritização, enfatizando a dinâmica fluída desses processos. Desse modo, a continuidade das investigações acerca da securitização e dessecuritização se apresenta como premente para uma compreensão abrangente e atualizada das problemáticas no domínio da segurança internacional.

Nesse sentido, percebe-se na seção 2.2, que a dessecuritização, delineada pela Escola de Copenhague, representa o processo contrário à securitização, sendo desencadeada por meio de discursos. Isso implica que os elementos centrais da securitização, tais como o agente que declara algo como uma ameaça à segurança, a audiência envolvida, o ato discursivo em si e as condições facilitadoras, devem ser igualmente considerados na análise da dessecuritização.

Por conseguinte, autores como Oelsner e Coskun têm contribuído para a expansão e aplicabilidade desse conceito, tornando-o passível de estudo em contextos específicos. Segundo Oelsner (2005), a teoria visa desvincular o tópico de sua caracterização como ameaça, pondo termo à sua abordagem securitária. O autor propõe duas modalidades para compreender a linguagem de segurança na dessecuritização: a perda da conotação ameaçadora e uma alteração na percepção qualitativa da ameaça, instaurando uma confiança de que o objeto em questão já não representa um perigo para os atores envolvidos.

Contudo, na última seção do capítulo, analisa-se o processo de securitização da folha de coca, desde sua significativa relevância cultural nas regiões andinas até sua associação com a cocaína no século XIX. Ao longo do curso histórico, observa-se a transformação na percepção social desta substância, culminando na equiparação da folha de coca e da cocaína como objetos suscetíveis a medidas de combate.

Com isso, destaca-se que a folha de coca teve sucesso no seu processo de securitização, satisfazendo os critérios delineados pela Escola de Copenhague. E, sendo assim, sua tipificação como ameaça no contexto internacional é passível de elucidação por meio do arcabouço teórico proposto pelos referidos autores.

Portanto, sua caracterização como ameaça no cenário internacional pode ser compreendida através do esquema proposto pelos autores na teoria. Isso evidencia a eficácia do

processo de securitização da folha de coca e a sua influência nas políticas internacionais de drogas.

### **3 O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA FOLHA DE COCA**

O intuito do presente capítulo é comentar sobre o surgimento da ONU, bem como demonstrar algumas repartições de sua organização que se tornam úteis na construção deste trabalho. Assim, os temas debatidos servirão para colaborar no bom entendimento da pesquisa.

A primeira seção do capítulo versará o contexto e o surgimento da Organização. Para isso, será apresentado o contexto para entender sua chegada no sistema internacional. Também, tratará do documento que homologou sua constituição e possibilitou seu fortalecimento no cenário internacional.

Observa-se também a necessidade da construção de divisões dentro da Organização. Por isso, a segunda seção cuidará de demonstrar os órgãos responsáveis das Nações Unidas e suas funções, para que o leitor possa compreender o porquê se faz indispensável que cada âmbito seja separado.

Após isso, na terceira seção, demonstra-se o processo de securitização da folha de coca através do discurso de 1961 da ONU. Já na última seção, o tema central será o UNODC que é o órgão da Organização responsável sobre os assuntos que estão coligados com a folha de coca na Bolívia desde 2003 (UNODC, 2023).

#### **3.1 A carta de São Francisco**

De acordo com Gilbert (1989) a Segunda Guerra Mundial é um dos conflitos mais devastadores da humanidade. Nela, cerca de quarenta e seis milhões de vidas foram perdidas, sendo estas militares e civis. Seu início se deu pelo ataque da Alemanha à Polônia em 1939 e terminou com a rendição do Japão em 1945 (Gilbert, 1989).

O autor ainda cita:

“Não foram apenas quarenta e seis milhões de vidas que foram aniquiladas, mas a vida e a vitalidade vibrantes que elas tinham recebido como herança e poderiam ter legado aos seus descendentes: uma herança de trabalho e alegria, de luta e criatividade, de saber, esperanças e felicidade, que ninguém viria a receber ou a transmitir” (Gilbert, 1989, p. 7).

Com isso, percebe-se a tamanha crueldade e capacidade de aniquilamento que essa guerra proporcionou, trazendo para o cenário internacional um estado de choque. Tornando-se, como cita o historiador, um dos combates mais avassaladores que o mundo já presenciou.

Dito isso, tendo como base o contexto histórico da época que as Nações Unidas surgem, pode-se afirmar que um dos principais fatores foi o desfecho trágico da Segunda Grande Guerra.

Sendo assim, em 1945, na cidade de São Francisco, Califórnia<sup>4</sup>, a Carta das Nações Unidas coletou assinaturas de diversos países:

“Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas” (ONU, 1945).<sup>5</sup>

Ela nasce com quatro principais objetivos e princípios, sendo estes:

1. Manter a paz e a segurança internacional, e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns (ONU, 1945).<sup>6</sup>

Para ter a capacidade de cumprir com os seus objetivos e seguir os seus princípios citados anteriormente, a ONU é dividida em seis setores. Ou seja, cada setor é responsável por assuntos específicos, e possuem órgãos subsidiários na sua composição. A imagem abaixo auxilia no entendimento da repartição:

---

<sup>4</sup> Vídeo da Conferência disponível em: <https://media.un.org/en/asset/k1g/k1ga41oamv>

<sup>5</sup> “Accordingly, our respective Governments, through representatives assembled in the city of San Francisco, who have exhibited their full powers found to be in good and due form, have agreed to the present Charter of the United Nations and do hereby establish an international organization to be known as the United Nations (ONU, 1945)”

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text>



Além disso, a Assembleia é constituída por todos os membros da Organização, onde o máximo de representantes na reunião são cinco. Os encontros, a priori, são anuais; entretanto, o secretário geral pode convocar sessões especiais a pedido do Conselho de Segurança ou da maioria dos membros. Ainda, a AGNU estabelece os órgãos subsidiários que ela julgar necessário, ao desempenho de suas funções (ONU, 1945).

Partindo para o Conselho de Segurança (CSONU), constata-se que é o órgão responsável pela promoção e manutenção da paz e da segurança internacional:

“A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles” (ONU, 1945, art. 24).

As reuniões do Conselho são periódicas, com a representação restrita por um membro, sendo este o governo ou alguém designado. Os membros que fazem parte da Liga, porém que não compõem o Conselho, podem participar também, mas sem direito ao voto.

Já o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) é composto por 54 membros que são decididos por meio de eleição durante a Assembleia Geral. Sua principal função é analisar os assuntos internacionais, quando eles dizem respeito à cultura, economia, educação, salubridade e sociedade. Além do mais, este órgão elabora relatórios e realiza estudos nessas áreas, e não possui uma periodicidade em suas reuniões <sup>7</sup>, além de possuir seu próprio regulamento e presidente.

O Conselho de Tutela é o órgão responsável por cuidar dos territórios tutelados<sup>8</sup> perante o sistema internacional de tutela. Este, tem como seus objetivos e princípios: “i) favorecer a paz e a segurança internacionais; ii) fomentar o progresso político, econômico, social e educacional dos habitantes dos territórios tutelados e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar governo próprio ou independência, como mais convenha às circunstâncias particulares de cada território.

Em sequência, iii) estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo língua ou religião e favorecer o reconhecimento da interdependência de todos os povos e, por fim: iv) assegurar igualdade de tratamento nos domínios social, econômico e comercial para todos os membros das Nações

---

<sup>7</sup> “The Economic and Social Council shall meet as required in accordance with its rules, which shall include provision for the convening of meetings on the request of a majority of its members” (ONU, 1945, art. 72).

<sup>8</sup> Territórios tutelados são territórios voluntariamente colocados sob tal sistema (de tutela) pelos Estados responsáveis pela sua administração. (ONU, 1945, art. 77)

Unidas e seus nacionais e, para estes últimos, igual tratamento na administração da justiça, sem prejuízo dos objetivos acima (ONU, 1945).

Não obstante, tem-se a Corte Internacional de Justiça, que é o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas. Ela tem um estatuto próprio e pode ser sempre consultada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Segurança, quando estes requerem um parecer jurídico. Ainda, todos os membros das Nações Unidas são *ipso facto*<sup>9</sup> partes do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

Por último, apresenta-se o secretariado da ONU, composto pelo secretário geral, que é indicado na AGNU, por recomendação do CSONU. Outrossim,

“O secretário-geral atuará neste caráter em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela e desempenhará outras funções que lhe forem atribuídas por estes órgãos. O secretário-geral fará um relatório anual à Assembleia Geral sobre os trabalhos da Organização” (ONU, 1945, art. 98).

No que concerne ao secretariado, observa-se que o secretário é o principal funcionário administrativo na organização, atuando em todas as reuniões dos cinco órgãos citados anteriormente. Ademais, ele ainda faz, anualmente, um relatório geral sobre os trabalhos realizados pela Organização (ONU, 1945).

Ainda, dentro das Nações Unidas, existe um gabinete responsável nos assuntos que concernem às drogas e crimes, o UNODC. É assim, por um dos fatores, que a ONU se correlaciona com a folha de coca.

### **3.2.1 O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime**

O UNODC foi fundado em 1997, com o intuito de ser o líder global na luta contra as drogas ilícitas e o crime internacional. O UNODC mantém uma rede de 21 escritórios nacionais e regionais distribuídos pelo mundo, com mais de 150 países. Estes escritórios colaboram diretamente com governos e organizações não-governamentais. Os profissionais que atuam localmente concebem e executam programas de controle de drogas e de prevenção da criminalidade, customizados para atender as necessidades próprias dos países (UNODC, 2023).<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> “Pelo próprio fato; como resultado da evidência do fato; como consequência obrigatória do fato” (dicionário de Oxford)

<sup>10</sup> Disponível em: [https://www.unodc.org/bolivia/es/unodc\\_en\\_el\\_mundo.html](https://www.unodc.org/bolivia/es/unodc_en_el_mundo.html)



Além disso, o Escritório possui três principais pontos no que concerne ao seu trabalho, sendo esses:

1. Investigação e trabalho analítico, para aumentar o conhecimento e a compreensão das questões relacionadas com a droga e a criminalidade e expandir a base de informações para a tomada de decisões políticas e operacionais;
2. Trabalho normativo, para prestar assistência aos Estados na ratificação e implementação de tratados internacionais, no desenvolvimento de legislação nacional sobre drogas ilícitas e crime, também para fornecer serviços de secretariado e substantivos a órgãos criados sob os órgãos diretivos já foi tratado;
3. Projetos de cooperação técnica no terreno para melhorar a capacidade dos Estados membros para combater os problemas colocados pelas drogas ilícitas, pelo crime e pelo terrorismo.

No que diz respeito à atuação da UNODC na Bolívia, observa-se que ocorre a presença através de um programa de cooperação técnica. O projeto teve início no apoio a busca de uma solução para o cultivo de coca para produção de cocaína, e acabou impulsionando o desenvolvimento sustentável, principalmente nas regiões Yungas de La Paz como nos Trópicos de Cochabamba.

Além disso, a partir de 2007, o Escritório das Nações Unidas ampliou sua atuação no Estado da Bolívia, trabalhando em outras questões do território. Questões essas que influenciam nas dinâmicas do país, como por exemplo o combate à corrupção. Sendo assim o país pode ter uma melhor investigação e a ação judicial em casos de criminalidade organizada e crimes conexos, como o tráfico de seres humanos e o tráfico ilícito de armas (UNODC, 2023)

Em suma, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime desempenha um papel influente na condução de investigações, análises e elaboração de relatórios sobre uma diversos tipos de tópicos, que abarcam o tráfico de substâncias ilícitas, atividades de organizações criminosas, manifestações de corrupção e outras áreas de sua especialização.

Sendo assim, estes documentos, invariavelmente, possuem status de referência no escopo da compreensão desses fenômenos em uma escala internacional, sendo utilizados por estudiosos e profissionais no campo da segurança internacional, bem como por organismos governamentais e não-governamentais em níveis diversos de atuação.

### 3.3 A Conferência sobre drogas narcóticas – Nova Iorque, 1961

Como comentado anteriormente no trabalho, a ONU é um agente securitizador da folha de coca. Esse fato é observado quando tem-se as diversas medidas emergenciais predispostas pela Organização, que extrapolam as leis locais e sociais dos países originários do arbusto. Tendo isso em consideração, a presente seção tem o intuito de correlacionar as ações da Organização com a folha de coca.

Dessa maneira, em 1961, ocorreu em Nova Iorque, a Conferência realizada pelo ECOSOC sobre drogas narcóticas, com a presença de noventa e sete Estados. Nesta reunião, alguns pontos evidenciam o movimento de securitização, como por exemplo:

“Lembrando que o Preâmbulo da Convenção Única sobre Estupefacientes, 1961, afirma que as partes da Convenção estão “preocupadas com a saúde e o bem-estar da humanidade” e estão “conscientes do seu dever de prevenir e combater” o mal da toxicodependência, considerando que os debates na Conferência demonstraram a vontade de tomar medidas eficazes para prevenir a dependência de drogas” (ONU, 1961, resolução III p. 12)<sup>11</sup>

Esses pontos são demarcados pelo discurso, onde observa-se palavras como “prevenir”; “combater”; “medidas eficazes”. É possível enxergar também no Artigo 26<sup>12</sup> da Convenção, que versa sobre a regulamentação do cultivo e controle da coca, estipulando que, caso um país permita o cultivo desta planta, deve implementar um sistema de supervisão análogo ao previsto para o ópio no Artigo 23<sup>13</sup>.

Já o Artigo 27<sup>14</sup> oferece disposições adicionais que dizem respeito às folhas de coca, autorizando os países a consentir na utilização destas para a elaboração de um agente aromatizante isento de alcaloides. Ademais, os Estados são obrigados a prover estimativas e

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.unodc.org/pdf/convention\\_1961\\_en.pdf](https://www.unodc.org/pdf/convention_1961_en.pdf)

<sup>12</sup> “If a Party permits the cultivation of the coca bush, it shall apply thereto and to coca leaves the system of controls as provided in article 23 respecting the control of the opium poppy, but as regards paragraph 2 d) of that article, the requirements imposed on the Agency therein referred to shall be only to take physical possession of the crops as soon as possible after the end of the harvest. The Parties shall so far as possible enforce the uprooting of all coca bushes which grow wild. They shall destroy the coca bushes if illegally cultivated.” (ONU, 1961)

<sup>13</sup> A Party that permits the cultivation of the opium poppy for the production of opium shall establish, if it has not already done so, and maintain, one or more government agencies (hereafter in this article referred to as the Agency) to carry out the functions required under this article. The governmental functions referred to in paragraph 2 shall be discharged by a single government agency if the constitution of the Party concerned permits it” (ONU, 1961)

<sup>14</sup> “The Parties may permit the use of coca leaves for the preparation of a flavouring agent, which shall not contain any alkaloids, and, to the extent necessary for such use, may permit the production, import, export, trade in and possession of such leaves. 2. The Parties shall furnish separately estimates (article 19) and statistical information (article 20) in respect of coca leaves for preparation of the flavouring agent, except to the extent that the same coca leaves are used for the extraction of alkaloids and the flavouring agent, and so explained in the estimates and statistical information” (ONU, 1961)

dados estatísticos distintos em relação às folhas de coca destinadas à confecção do referido agente.

Outrossim, o texto da reunião também prescreve, no artigo 26, que os países devem erradicar toda e qualquer planta de coca que cresça de maneira espontânea e eliminar as plantações de coca cultivadas em desacordo com a legislação vigente.<sup>15</sup> Ou seja, demonstrando, mais uma vez, a preocupação referente à planta no que concerne à segurança.

Sendo assim, a securitização da folha de coca pela ONU refere-se ao processo pelo qual a Organização passou a encarar a produção e o comércio da folha de coca como uma questão de segurança internacional, principalmente devido às preocupações associadas à produção ilegal de cocaína.

Essa securitização implica em transformar um assunto em uma questão de segurança, o que implica em uma abordagem mais rigorosa e, por vezes, militarizada para lidar com o problema. No caso da folha de coca, esse enfoque foi influenciado pela crescente inquietação global a respeito do tráfico de drogas ilícitas, em especial a produção e distribuição de cocaína.

A ONU adotou diversos tratados e convenções internacionais com o objetivo de controlar a produção e o comércio de drogas ilícitas, incluindo a cocaína. O tratado mais significativo para a securitização da folha de coca é a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, demonstrada no decorrer da seção.

### **3.4 Considerações parciais**

A princípio, o capítulo procura esclarecer os eventos relacionados à criação da ONU, como por exemplo, a Segunda Guerra Mundial, em 1945, enquanto uma consequência aos desdobramentos do conflito. Além disso, tem como objetivo evidenciar os principais órgãos que compõem a estrutura da ONU: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

Ainda, o texto aborda o papel desempenhado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no combate ao tráfico de drogas ilícitas e ao crime internacional. Há também uma ênfase na atuação do UNODC na Bolívia, particularmente desde o ano de 1985, centrada inicialmente na resolução do cultivo de coca para a produção de cocaína, e posteriormente expandindo suas iniciativas para abranger outras esferas de relevância, como o combate à corrupção.

---

<sup>15</sup> “The Parties shall so far as possible enforce the uprooting of all coca bushes which grow wild. They shall destroy the coca bushes if illegally cultivated” (ONU, 1961).

Destaca-se, ainda, a pertinência dos relatórios produzidos pelo UNODC como fontes de referência no âmbito da compreensão desses fenômenos em uma escala internacional, sendo frequentemente utilizados por estudiosos e profissionais da segurança internacional. Outrossim, o capítulo também traz a Conferência sobre Drogas Narcóticas realizada em Nova Iorque, no ano de 1961, sob o apoio do Conselho Econômico e Social da ONU, que resultou em medidas emergenciais de caráter securitizador.

Ultrapassando as jurisdições e normas locais dos países originários do arbusto, tal conferência evidenciou uma abordagem enfática e regulamentarista, refletida no estipulado pelo Artigo 26 da Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, que versa sobre o cultivo e controle da coca, bem como no Artigo 27, que oferece disposições adicionais referentes às folhas de coca.

Neste contexto, a securitização da folha de coca pela ONU se dá como um processo pelo qual a Organização passou a considerar a produção e o comércio desse recurso como uma questão de segurança internacional, notadamente acerca do tráfico de drogas ilícitas, com destaque para a produção e comercialização da cocaína. Sendo assim, a securitização culminou na adoção de tratados e convenções internacionais voltados ao controle da produção e comércio de drogas ilícitas.

## **4 AMAZÔNIA BOLIVIANA E A FOLHA DE COCA - UM ESTUDO DE CASO**

O presente capítulo tem como objetivo analisar o cultivo de coca na Amazônia boliviana por meio da UNODC e encontrar, através desses documentos, o seu processo de dessecuritização. Para isso, na primeira seção do capítulo, será apresentada a área da Bolívia que compreende a Amazônia.

Após, na segunda seção, o intuito é de utilizar os relatórios anuais da UNODC de 2011 e 2021 e compará-los para analisar os procedimentos e processos do cultivo e comércio da planta, dentro da área amazônica.

Faz-se importante ressaltar, nessas considerações iniciais do capítulo, que o estudo de caso tende a pragmatizar o trabalho. Sendo assim, a terceira parte do texto busca os resultados da análise, para compreender as considerações finais do trabalho na resposta à pergunta de partida.

### **4.1 O território amazônico da Bolívia**

De acordo com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA, 2023), “tudo que se relaciona à Amazônia é imenso, grande, desafiante e muitas vezes imensurável”. Dito isso, percebe-se que para trabalhar a favor da região, é importante ter um entendimento profundo das suas particularidades e características distintas.

Ademais, a região possui uma grande variedade de espécies de flora e de fauna, o que permite que marcos mundiais de diversidade biológica sejam atingidos na floresta. Além disso, ela é também uma importante área de endemismos<sup>16</sup>, o que a torna uma reserva genética de importância internacional para o desenvolvimento da sociedade e do ser humano (OTCA, 2023).

A Organização do Tratado Cooperacional disponibiliza alguns dados que comprovam que, a região amazônica em si, é uma reserva hídrica (mundial e nacional), além de regular o clima do globo, através da absorção do gás carbônico e dos processos de evapotranspiração. Além disso, a região abriga 48 milhões de habitantes, com 400 povos indígenas com mais de trezentos idiomas regionais (OTCA, 2023).

---

<sup>16</sup> “As espécies de plantas e animais não estão distribuídas sobre a Terra de forma aleatória. Elas vivem nos lugares com condições físicas adequadas para a sua sobrevivência e reprodução, onde elas se adaptaram e co-evoluíram com outros organismos e o componente abiótico em complexas relações ecológicas” (Da Silva, Márcio. Revista da Biologia, USP, Vol. Esp. Biogeografia: 12-17, 2011)

Ainda, a bacia amazônica abriga trinta mil espécies de plantas, três mil espécies de peixes, trezentos e oitenta e quatro tipos de anfíbios, quinhentos e cinquenta de répteis, novecentos e cinquenta de aves, trezentas e cinquenta espécies de mamíferos e cinquenta e sete de primatas. Também, no que concerne ao seu ecossistema, 67,4% é composto de florestas tropicais e 13,3% de savanas tropicais.

Ou seja, dito isso, percebe-se que a Amazônia possui uma relevância fundamental não apenas para a diversidade biológica mundial, mas também para a estabilização do clima, a promoção da sustentabilidade ambiental, a preservação das tradições culturais e o fomento das economias locais e globais. A conservação e o manejo responsável desse ecossistema representam uma prioridade de interesse incontestável para todos.

Sendo assim, o bioma é encontrado dentro de nove países, sendo estes: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, como se pode observar através do mapa abaixo:

Figura 3 - Bioma da Amazônia inserido nos países que faz parte



Fonte: RAISG, 2020

Nesse sentido observa-se que, na Bolívia, a parte amazônica se refere a cerca de 44% de seu território nacional:

Quadro 3 - Porcentagem da região amazônica por país

País	Bolívia	Brasil	Colômbia	Equador	Guiana	Guiana Francesa	Peru	Suriname	Venezuela
% da Amazônia por território nacional	44%	49%	43%	42%	98%	96,5%	61%	90,1%	51%

Fonte: adaptado de RAISG, 2020

Portanto, é correto afirmar que o território amazônico na Bolívia ocupa quase metade de seu território, sendo uma região de grande importância para o país e para a população. Isso se dá ao fato que existem diversas comunidades indígenas que possuem uma ligação intensa com a floresta e, além disso, necessitam dela para sua sobrevivência.

Desde 2003, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime emite, anualmente, um relatório do monitoramento da coca na região boliviana. Na presente pesquisa, mais especificamente, há um recorte de enfoque apenas na região da parte do país que abrange a Amazônia. Se faz necessário, portanto, conhecer como a Bolívia divide seu território.

O país é uma república democrática representativa, estruturada em nove departamentos, 112 províncias, 327 municípios e 1384 cantões<sup>17</sup>. Sendo assim, departamentos são subdivisões de territórios, como setores, por exemplo. Cada um desses departamentos, está dividido em províncias, que são as divisões territoriais ou administrativas; já os municípios se encontram dentro dos limites das províncias. Por fim, cantões são territórios não organizados, de menores dimensões, onde vivem muitas comunidades.

Nesse sentido, o departamento estudado é o de Cochabamba, especificamente na região do trópico, onde está inserida a planície Amazônica. Para o recorte temporal de análise, serão utilizados os anos de 2011 e 2021, para analisar as mudanças - e os critérios utilizados nessas mudanças - dos cultivos.

De acordo com o UNODC, a região do Trópico de Cochabamba tem uma superfície gradualmente inclinada e é atravessada por rios, situando-se a altitudes que variam de 300 a

<sup>17</sup> Disponível em:

<https://oig.cepal.org/pt/paises/6/system#:~:text=%C3%89%20uma%20Rep%C3%ABlica%20unit%C3%A1ria%20e,327%20munic%C3%ADpios%20e%201384%20cant%C3%B5es.>

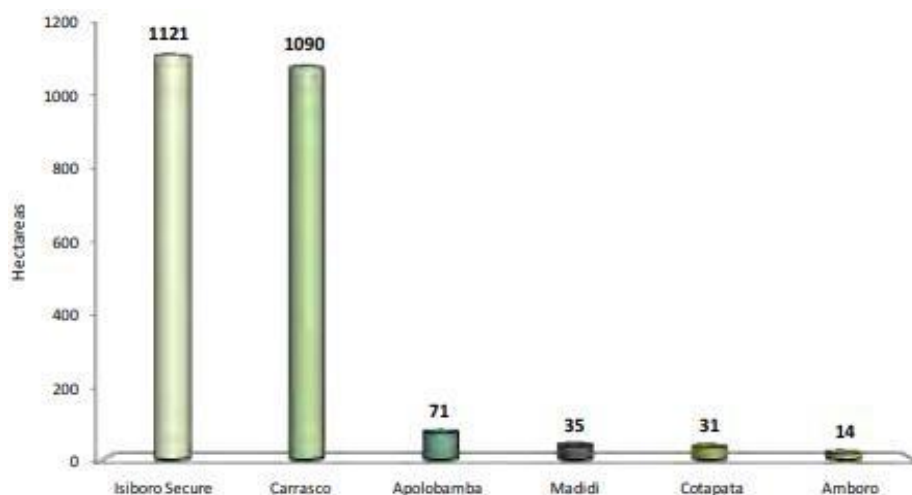
2.500 metros acima do nível do mar. Já no que concerne à produção de coca, ela ocorre em uma faixa com diferenças de níveis na superfície, compreendida entre 300 e 1.000 metros.

Outrossim, essa área é classificada como subtropical úmida e tem sido alvo de programas de desenvolvimento alternativo, visando à diversificação da produção agrícola. Estes programas incentivaram o cultivo de diversas espécies, tais como banana, citros, abacaxi, palmito, maracujá, pimenta e pastagens, alcançando, em alguns casos, níveis de produção industrial (UNODC, 2011).

#### 4.2 Os relatórios de cultivo da coca na região em 2011

Na Bolívia existem 22 áreas protegidas que representam cerca de 16% de seu território, e no que diz respeito ao cultivo da coca, a região do Trópico (Isiboro Sécore, Carrasco e Amboro) é a região protegida que mais cultiva a coca, como pode-se observar na tabela abaixo:

Figura 4 - Distribuição do cultivo de coca em áreas protegidas no ano de 2011



Fonte: Bolívia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC, 2011

No mais, a região de monitoramento do Trópico de Cochabamba cobre, aproximadamente, uma área de 7.000 km<sup>2</sup>, onde o controle do cultivo da coca é complexo devido à sua grande extensão e ao dinamismo das províncias.

Em seu relatório, o Escritório das Nações Unidas revela que existe uma racionalização da folha de coca, em decorrência do seu relacionamento com a cocaína. Esse fato fez com que a coca e seu controle de cultivo/produção se tornassem parte do escopo de políticas públicas do Estado da Bolívia.



Ainda em consonância com o relatório, essa política se baseia na consulta e no diálogo com os produtores de coca e possui duas vertentes, sendo estas: i) a racionalização dos cultivos contemplando a participação ou acordo voluntário dos produtores com a política do governo para a redução da área cultivada; e ii) a erradicação, que é realizada em parques nacionais e em áreas onde o cultivo de folhas de coca não é permitido (UNODC, 2011).

Como resultado desta política, pode-se observar no quadro abaixo:

Quadro 4 - Racionalização/erradicação dos cultivos de coca na Bolívia por hectare (2011)

<b>Região</b>	<b>2011</b>
Trópico de Cochabamba	8.012
Yungas de La Paz	2.003
Yapacani	420
San Borja	74
<b>TOTAL:</b>	<b>10.509</b>

Fonte: elaborado pela autora com dados de Bolivia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC, 2023

Desse modo, tem-se que, na Bolívia, no ano de 2011, através da política implantada pelo governo, houve uma racionalização/erradicação de 10.509 hectares de cultivo de coca. O UNODC ainda revela que essa medida é exclusivamente manual e com elevado uso do esforço humano, ou seja, não é utilizada nenhuma substância ou método químico. No mais, percebe-se, ainda, que na região do Trópico de Cochabamba, demonstrado anteriormente como um dos maiores locais de cultivo, também teve maior impacto com a política.

Além disso, o discurso da UNODC fornece a informação de que o Trópico de Cochabamba possui uma topografia que favorece o crescimento da folha na região, e é por isso que as plantações têm maior tamanho quando comparadas às demais regiões do país. O processo do cultivo, da secagem e do empacotamento para distribuição pode ser observado nas seguintes imagens:

Figura 5 - Exemplo de cato <sup>18</sup> de coca na região do Trópico



Fonte: Bolívia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC, 2011

Figura 6 - Processo de secagem das folhas de coca



Fonte: Bolívia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC, 2011

---

<sup>18</sup>O Artigo 4º do Capítulo I do Regulamento da Lei Geral da Coca (D.S. 3318) define o "cato" de coca como a área cultivada de coca que se adapta às características de cada região. Nas Yungas de La Paz, um "cato" de coca equivale a 2.500 metros quadrados, enquanto no Trópico de Cochabamba, um "cato" de coca equivale a 1.600 metros quadrados (UNODC, 2021).

Figura 7 - Processo de empacotamento para comercialização



Fonte: Bolívia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC, 2011

Como se pode analisar, de acordo com as imagens, uma área de plantação na região do Trópico de Cochabamba, consiste basicamente em quadrados de 40 x 40 metros, totalizando 1.600 metros quadrados. Nestas áreas, é comum encontrar plantações de coca intercaladas com outros cultivos. Ainda, na região, as folhas de coca são frequentemente secas ao sol em pedaços de plástico estendidos sobre o solo, e essa prática é observada em estradas, campos esportivos e pátios das comunidades locais.

Após a secagem, as folhas de coca são embaladas em sacos de juta para seu transporte e comercialização. Estima-se, de acordo com o Escritório das Nações Unidas, que no um hectare de cultivo de coca produz 2.764 quilogramas de folha de coca seca ao sol em um período de um ano. Sendo assim, com esse fator de rendimento, estima-se que a produção potencial de cultivo de coca na região seja de 23.600 toneladas (UNODC, 2011).

No que concerne aos preços de comercialização da coca em mercados autorizados, a *Dirección de Comercialización e Industrialización de hoja de Coca* (DIGCOIN) elaborou uma tabela que mostra os valores em dólar (USD) e em bolivianos (Bs), como observa-se abaixo:

Tabela 1 - Preços mensais da folha de coca nos mercados autorizados (2011)

Mes	Mercado de Sacaba (Cochabamba)		Mercado de Villa Fátima (La Paz)		Promedio Ponderado para el país	
	Bs/kg	Cantidad comercializada ( tm )	Bs/kg	Cantidad comercializada ( tm )	Bs/kg	USD/kg
Enero	45	164	45	1.462	45	6,4
Febrero	46	138	53	1.309	52	7,4
Marzo	44	162	62	1.497	60	8,6
Abril	46	146	49	1.445	48	6,9
Mayo	50	155	49	1.464	49	7,0
Junio	50	113	60	1.433	59	8,5
Julio	50	144	62	1.365	61	8,7
Agosto	54	157	65	1.194	64	9,1
Septiembre	55	155	68	1.307	67	9,6
Octubre	54	121	61	1.418	61	8,7
Noviembre	44	121	49	1.380	48	6,9
Diciembre	40	130	44	1.442	44	6,3
<b>Promedio</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>55</b>	<b>-</b>	<b>55</b>	<b>7,8</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.704</b>	<b>-</b>	<b>16.715</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

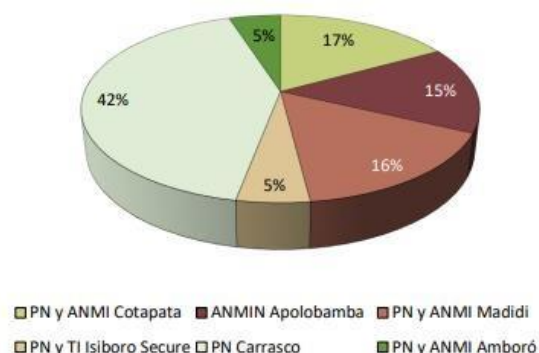
Fonte: DIGCOIN, UNODC, 2011.

Sendo assim, o valor total estimado da produção de folha de coca na Bolívia representa 1,5% do PIB do país, que em 2011 atingiu USD 23,9 bilhões, equivalente a 15,3% do valor do PIB do setor agrícola, o qual corresponde a USD 2,3 bilhões. A produção de folha de coca desempenha um papel significativo na economia boliviana e possui uma importância considerável nas regiões produtoras de coca no país (UNODC, 2011).

### 4.3 Os relatórios de cultivo de coca na região em 2021

No ano de 2021, dentre as áreas protegidas da Bolívia, percebe-se que os territórios do Trópico de Cochabamba, Isiboro Sécore, Carrasco e Amboro, ainda estão entre os maiores cultivadores. Essa informação se confirma com a análise do seguinte gráfico:

Figura 8 - Percentual de distribuição em áreas protegidas no ano de 2021



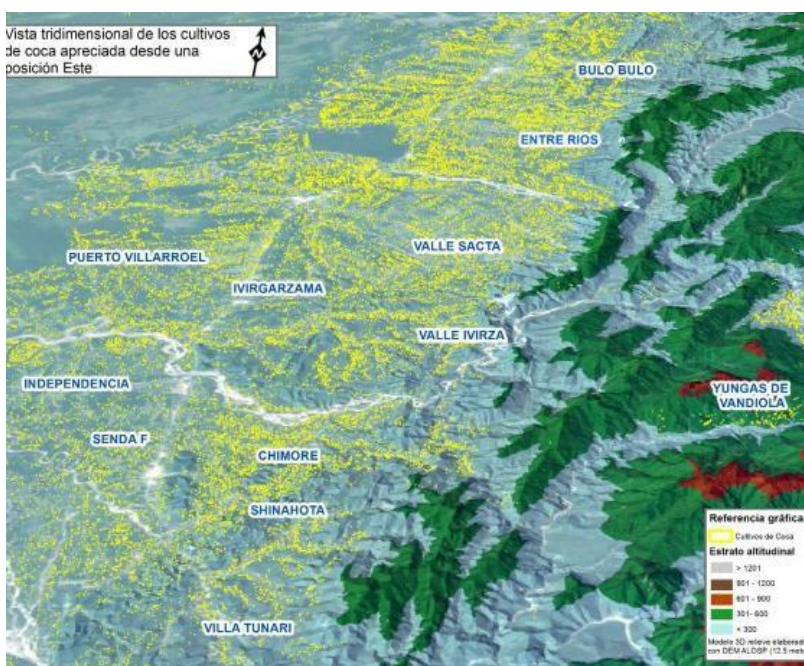
Fonte: Bolivia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC, 2021

Ou seja, o Parque Nacional Carrasco abriga 42% dos cultivos de coca em Áreas Protegidas (190 hectares), seguido pelo Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado Cocapata, com 17% (78 hectares), o Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado Madidi, com 16% (69 hectares), a Área Natural de Manejo Integrado Nacional Apolobamba, com 15% (69 hectares), o Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado Amboró, com 5% (24 hectares), e por último, o Parque Nacional e Território Indígena Isiboro Sécore, com 5% (22 hectares) (UNODC, 2021).

No mais, em 2021, a área monitorada na região do Trópico cobre cercade 13 municípios, 6 províncias em 3 departamentos distribuídos da seguinte forma: parte do Município de Villa Tunari da Província de Chapare, parte dos municípios de Tiraque e Shinahota da Província de Tiraque, parte dos municípios de Chimoré, Puerto Villarroel, Entre Ríos, Pojo e Totora da Província de Carrasco e parte do Município de Cocapata da Província de Ayopaya do Departamento de Cochabamba.

Já no Departamento de Beni, a região abrange parte do Município de San Ignacio da Província Moxos, o Município de Loreto da Província Marbán e no Departamento de Santa Cruz abrange parte dos municípios de Yapacaní, San Carlos e Buena Vista do Província de Ichilo. Os Parques Nacionais Isiboro Sécore ao Noroeste, Carrasco ao Sul e Amboró ao Sudeste também estão localizados na área de monitoramento, que é melhor visualizada com o auxílio do mapa:

Figura 9 - Modelo digital com estratificação das lavouras de coca na região



Fonte: UNODC, 2021



Todavia, como informado anteriormente, a Lei 906 faz uma diferenciação entre as zonas autorizadas e não autorizadas. Sendo assim, em consonância com o UNODC (2021) a superfície foi estabelecida em 22.000 hectares de cultivo de coca, em áreas de produção de coca autorizadas e definidas pelo Estado, de acordo com a regulamentação vigente. No ano de 2021, o resultado da política boliviana pode ser observado com o quadro abaixo:

Quadro 5 - Racionalização/erradicação dos cultivos de coca na Bolívia por hectare em 2021

<b>Região</b>	<b>2021</b>
Trópico de Cochabamba	4.576
Yungas de La Paz	1.922
Outras regiões	2.960
<b>TOTAL:</b>	<b>9.458</b>

Fonte: UNODC, 2021

De acordo com o quadro 5, no ano de 2021 o Estado Plurinacional da Bolívia relatou uma superfície total de Áreas de Regulamentação Especial de 9.458 hectares em nível nacional. Desses, 4.576 hectares correspondem ao Trópico de Cochabamba, 1.922 hectares às Yungas de La Paz e 2.960 hectares aos departamentos de Santa Cruz e Beni (UNODC, 2021).

Ademais, no país existem áreas de comercialização autorizadas, onde o preço da coca varia mensalmente, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2 - Preços mensais da folha de coca nos mercados autorizados em 2021

Mes	Mercado de ADEPCOCA		Mercado de Sacaba		Comercialización 2021 (tm)	Promedio anual ponderado*	
	Bs./kg	USD/kg	Bs./kg	USD/kg		Bs./kg	USD/kg
Enero	66	9,48	44	6,32	1.819	64	9,1
Febrero	59	8,48	46	6,61	1.926	58	8,3
Marzo	76	10,92	46	6,61	2.111	73	10,5
Abril	76	10,92	41	5,89	2.068	73	10,4
Mayo	68	9,77	40	5,75	2.078	65	9,3
Junio	71	10,20	42	6,03	1.954	69	9,9
Julio	79	11,35	44	6,32	1.960	75	10,7
Agosto	88	12,64	46	6,61	1.861	84	12,1
Septiembre	78	11,21	46	6,61	1.928	74	10,6
Octubre	69	9,91	40	5,75	2.148	65	9,4
Noviembre	43	6,18	31	4,45	2.065	42	6,0
Diciembre	57	8,19	22	3,16	1.977	53	7,7
<b>Promedio anual</b>	<b>69</b>	<b>9,94</b>	<b>41</b>	<b>5,84</b>	-	<b>66</b>	<b>9,5</b>

Fonte: DIGCOIN, UNODC, 2021.

Portanto, em consonância com o relatório acima, percebe-se que foi durante o mês de outubro de 2021 que a folha de coca foi mais comercializada. Além disso, de acordo com o Escritório das Nações Unidas, a relação entre a produção estimada de folha de coca (limite inferior e superior) e o seu valor na economia do país, é de que: o limite inferior é de USD 352 milhões e o limite superior é de USD 431 milhões, o que representa 0,9% e 1,1% do PIB do país respectivamente (USD 40.117 milhões) <sup>19</sup> (UNODC, 2021).

#### 4.4 Considerações parciais

O capítulo trouxe os informativos elaborados anualmente pela UNODC, nos anos de 2011 e 2021, com o objetivo de realizar uma comparação entre o período de 10 anos. Sendo assim, no que diz respeito à racionalização/erradicação da folha de coca, no Trópico de Cochabamba, região que faz parte da Amazônia boliviana, houve uma diminuição na quantidade de hectares racionalizados, como o quadro abaixo demonstra:

Quadro 6 - Comparativo de hectares R/E 2011 e 2021

<b>Região</b>	<b>2011</b>	<b>2021</b>
Trópico de Cochabamba	8.012	4.576

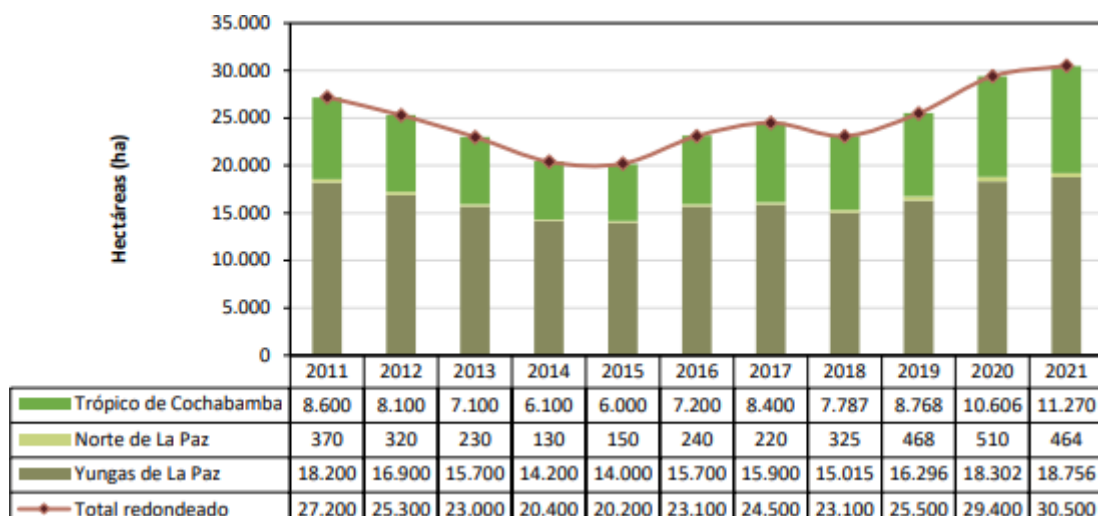
Fonte: elaborado pela autora com dados da UNODC, 2023

Ou seja, houve uma diminuição de 3.436 hectares na racionalização/erradicação da folha de coca, impulsionada pela Lei 906 que rege o cultivo da coca na Bolívia.

É válido, também, destacar que na região do Trópico de Cochabamba, a partir de 2011, registrou uma diminuição em sua superfície por cinco anos seguidos, onde atingiu 6.000 hectares. Este foi o valor mais baixo relatado para este período. Já entre 2016 e 2017, a região voltou a reportar aumentos na sua superfície atingindo 8.400 hectares, número que foi novamente reduzido em 2018 para 7.787 hectares. Este número voltou a aumentar nos últimos anos, atingindo uma área total de 11.270 hectares em 2021. Isso pode ser melhor observado com a figura abaixo:

<sup>19</sup> Por via de comparação, o PIB do setor agrícola é de USD 5.184 milhões (UNODC, 2021).

Figura 10 - Cultivos de coca por hectare, de 2011 à 2021



Fonte: UNODC, 2021

Dito isso, em sequência, nas áreas protegidas, o Trópico de Cochabamba ainda se mantém como o principal local de plantações, possuindo a maior parte do território protegido a ter cultivos em sua repartição. Por fim, no que concerne à precificação, percebe-se um aumento considerável tanto na moeda boliviana (Bs) quanto em dólar estadunidense (USD), no decorrer dos meses, entre 2011 e 2021.

Durante o ano de 2011, a coca, na moeda boliviana, não passou da margem de 45 a 67 Bs/kg. Ainda em 2011, o quantitativo USD/kg não passou de 6,3 a 9,6. Já no ano de 2021, percebe-se uma maior variação, ainda nas mesmas moedas: o boliviano ficou na margem de 42 a 84 Bs/kg de coca e o dólar estadunidense de 6,0 a 12,1 USD/kg. Logo, enxerga-se esse aumento na variação do quilo da coca durante os anos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, as temáticas acerca dos Estudos de Segurança Internacional e a contribuição da Escola de Copenhague para essa área permitem que o trabalho seja bem compreendido. Quando a teoria da securitização é posta para análise, se faz permissivo o entendimento de como certos assuntos são elevados ao status de questões de segurança, o que resulta na implementação de medidas de emergência para lidar com essas ameaças.

Além disso, demonstra-se no decorrer da pesquisa que o conceito fundamental associado à segurança internacional, à luz da teoria da securitização, é o de ameaça. Dentro dessa lógica, só há segurança quando há a ausência de uma ameaça, entretanto, o sentimento de ameaça é relativo e, conforme demonstrado no trabalho, os fatores que ameaçam algo ou alguém também são. Logo, foi apresentado um enquadramento teórico ao abordar o conceito de securitização e suas ramificações.

Sendo assim, enfatiza-se a necessidade de compreender como determinadas questões são moldadas como ameaças à segurança por meio da linguagem utilizada nos discursos, neste caso, da ONU e UNODC. Com isso, a aplicação do caso da folha de coca neste viés de Buzan, Weaver e Wilde foi possível, apresentando como o processo de sua securitização ocorreu desde 1961. Se faz necessário ressaltar, também, que seu relacionamento com a cocaína, que é um poderoso alcaloide psicoativo, foi o grande precursor do seu posto como ameaça internacional, corroborando para o sucesso do processo securitizador.

Isso é observado ao encaixar o quadro proposto por Williams *et. al.* (2018), onde percebe-se o contexto externo (fomentação de regulamentações acerca da cocaína como droga), o movimento de securitização (os discursos acerca do assunto) e a aceitação da audiência, que finaliza o processo de maneira bem sucedida.

Nesse sentido, é analisado no trabalho a Conferência sobre Drogas Narcóticas, promovida inicialmente pela ECOSOC, onde a visualização da coca como uma ameaça se tornou efetiva, através de seus artigos citados na pesquisa. Portanto, é dentro desse contexto que a securitização da folha de coca pela ONU acontece. A Organização considerou a produção e o comércio dela como uma questão de segurança internacional, especialmente no que diz respeito ao tráfico de drogas ilegais, como por exemplo a cocaína. Ou seja, como resultado, esse movimento de securitização conduziu à implementação de tratados e convenções internacionais direcionados ao controle da produção e comércio de substâncias entorpecentes ilícitas.

Ainda nesse ínterim, ressalta-se que a Bolívia é um dos maiores países produtores e cultivadores da coca, e por isso foi utilizado como objeto de estudo deste trabalho. Seu estudo de caso permite compreender como os hegemônicos do cenário internacional atuam dentro do Estado, uma vez que comprovou-se a securitização de uma planta endêmica da região.

O Trópico de Cochabamba é um dos lugares do Estado que está em contato com o bioma Amazônico, aumentando ainda mais o interesse internacional das grandes potências na Bolívia. Além da região do trópico ser a mais propícia e a mais fácil de se cultivar a coca, justamente por estar em contato com o bioma, é também a região que mais abrange a área protegida do país, ressaltando sua importância para a contribuição na construção deste trabalho.

Sendo assim, como resposta à pergunta de partida do trabalho “até que ponto o monitoramento da folha de coca pelo UNODOC influencia no seu processo de dessecuritização na Amazônia boliviana?” percebe-se que a organização tem adotado uma abordagem mais ampla e integrada para lidar com o problema do cultivo de coca na região, incluindo medidas de desenvolvimento sustentável e de fortalecimento das comunidades locais.

Através dos relatórios anuais emitidos pela organização, é possível acompanhar a evolução do cultivo e comércio da coca na região, pois o Escritório fornece dados e informações que contribuem para uma compreensão mais precisa da realidade boliviana. Assim, o monitoramento realizado pelo UNODC permite a identificação das áreas de plantio de coca, bem como a quantidade de hectares cultivados e as tendências de produção ao longo de 2011 a 2021. Essas informações são essenciais para uma abordagem baseada em evidências na formulação de políticas públicas relacionadas à folha de coca.

Ainda, os relatórios do UNODC também contribuem para desmistificar a folha de coca como uma ameaça à segurança internacional, pois fornecem informações detalhadas sobre o cultivo e comércio da planta. Esse fato demonstra que a folha de coca desempenha um papel importante na subsistência das comunidades locais, sendo utilizada para fins tradicionais, medicinais e alimentares.

Portanto, o monitoramento da folha de coca pelo UNODC influencia no processo de dessecuritização, pois fornece dados e informações que desconstruem a narrativa de que a planta é uma ameaça global. Logo, essa fiscalização realizada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime desempenha um papel visível na dessecuritização da folha de coca na Amazônia boliviana.

Em suma, de acordo com o supracitado, a Organização das Nações Unidas e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, no que tange a implementação de políticas e

programas direcionados à minimização dos efeitos prejudiciais decorrentes do cultivo de folha de coca, tem grande atuação na região boliviana.

Um dos pontos desse monitoramento desenvolvido pelas entidades é encontrar soluções que não envolvam a criminalização das comunidades locais que dependem dessa atividade para subsistência. Ao invés disso, busca-se abordar o problema de forma a equilibrar a redução dos impactos negativos com o suporte e desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

Por fim, considera-se ainda que por mais que existam essas determinações sobre a coca, bem como diversos projetos, artigos e leis que a regem demonstrando de certa forma desmistificá-la, ainda não é efetivo o seu processo de dessecuritização. Ou seja, ainda há muito que ser combatido no que concerne ao tráfico de drogas, principalmente no complexo regional da América do Sul quando o assunto é a cocaína. Da folha, se faz a pasta base desse insumo prejudicial ao ser humano e regador do narcotráfico. A luta dos povos originários para manter sua cultura e sua identidade é sempre presente.

## REFERÊNCIAS

- Antonil. **Mama Coca**. Londres, England: Knockabout Comics, 1978.
- Bahls, F. C.; Bahls, S.-C. **Cocaína: origens, passado e presente**. Interação em Psicologia - Universidade Federal do Paraná, p. 177–181, 2002.
- Balzacq, T. **The ‘Essence’ of securitization: Theory, ideal type, and a sociological science of security**. International Relations [S.D], p. 103-113
- Barreto, I. F. **O uso da folha de coca em comunidades tradicionais: perspectivas em saúde, sociedade e cultura**. Historia, ciencias, saude--Manguinhos, v. 20, n. 2, p. 627–641, 2013.
- Buzan B. Hansen, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Tradução: Flávio Lira. Unesp, 2012)
- Buzan, Barry; Waever, Ole; Wilde, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc, 1998. 237 p.
- Coskun, B. B. **Analysing desecuritisations: prospects and problems for Israeli–Palestinian reconciliation**. Global Change, Peace & Security Vol. 20, No. 3, October 2008, p. 393 –408.
- Williams, P. D. McDonald M. (ED.). **Security Studies: An Introduction**. 2. ed. [s.l.] Routledge, 2018.
- Costa, Camilla. **Amazônia: O que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países?** 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232> . Acesso em: 28 out. 2023.
- Duque, M. G. **O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional**. Contexto Internacional, vol. 31 n° 3, 2009, p. 459-501.
- Francovich, G. **Os mitos profundos da Bolívia**. Tradução: Oswaldo Biato. Brasília: Funag/IPRI, 2005. Coleção Países da América do Sul. 184p.
- Freedman, L. **International Security: Changing Targets**. Foreign Policy. 1998, p. 48-63.
- García, Angél M. **La coca en la colonia: cultura, negocio y satanismo**. Revista de Filosofía, Maracaibo, v.24, n.52, p.83-124. 2006. Disponível em: [https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0798-11712006000100005](https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-11712006000100005)
- Gilbert, M. **A Segunda Guerra Mundial**. Alfragide: Dom Quixote, 1989.
- Gold, M. S. **Cocaine**. [s.l.] New York: Plenum Medical Book Company., 1993.
- González-Marín, L. L. **De-securitization of coca plantation in Colombia in a ‘war on drugs’ context A possibility opened by peace negotiations with a former enemy**. [s.l.] Lund University, 2017.

Gootenberg, P. **ENTRE LA COCA Y LA COCAÍNA Un Siglo o Más de las Paradojas de la Droga entre Estados Unidos y el Perú, 1860-1980**. Lima: IEP, 2003.

Gootenberg, P. **La invención de la cocaína: la historia olvidada de Alfredo Bignon y la ciencia nacional peruana (1884-1890)**. Lima: IEP, 2010.

Guzzini, S. Jung, D. **Contemporary Security Analysis and Copenhagen Peace Research**. Routledge, 2004.

Mesquita, M. **O Prelúdio à Tempestade: a política externa dos Estados Unidos e o movimento de securitização na Guerra do Golfo (1990-1991)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, p. 249, 2022.

Motta, B. V. **Securitização**. Em: Dicionário de Segurança e Defesa. [s.l.] UNESP, 2018. p. 1006–1014.

Oelsner, A. **(De)Securitisation Theory and Regional Peace: Some Theoretical Reflections and a Case Study on the Way to Stable Peace**. European University Institute, 2005.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Single Convention on Narcotic Drugs**. 1961.

Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text>

OTCA. A Amazônia. *In*: A Amazônia. [S. l.], 2023. Disponível em: <http://otca.org/pt/amazonia/>. Acesso em: 30 out. 2023.

Pinto, V. C. **Métodos de Pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023.

Plurinacional de Bolívia, E. **Estado Plurinacional de Bolivia Monitoreo de Cultivos de Coca 2011**. [s.l: s.n.]. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Bolivia/Bolivia\\_coca\\_survey\\_spanish\\_2012\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Bolivia/Bolivia_coca_survey_spanish_2012_web.pdf). Acesso em: 3 nov. 2023.

Plurinacional de Bolívia, E. **Estado Plurinacional de Bolivia Monitoreo de Cultivos de Coca 202**. [s.l: s.n.]. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Bolivia/Bolivia\\_Monitoreo\\_de\\_cultivos\\_de\\_coca\\_2021.pdf](https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Bolivia/Bolivia_Monitoreo_de_cultivos_de_coca_2021.pdf)

Silva, M. B. et. al, **A Evolução do Conceito de Segurança e sua Inserção nas Relações Internacionais**. Enabed, [S. D.].

SUDO, João Tomizo Cardoso. **Determinação de cocaína e seus adulterantes empregando Cromatografia Gasosa acoplada à Espectrometria de Massas (GC-MS)**. 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3051>

Taussig, M. **Mi Museo de la Cocaína**. Tradução: Cristóbal Gnecco. Editorial Universidad del Cauca, 2013.

Waisbard, S. **Machu Picchu: cidade perdida dos incas**. São Paulo: Hemus, 1974.